

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Getulina

FORO DE GETULINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

RUA DR. CARLOS DE CAMPOS, 660, GETULINA-SP - CEP
16450-000**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1000235-77.2024.8.26.0205**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição do Indébito**
Requerente: **Cecília Aparecida Chíncoa de Melo**
Requerido: **BANCO BMG S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). LUIS FERNANDO VIAN

Vistos.

Relatório dispensado, nos termos do artigo 38, da Lei 9.099/95.

Passo à fundamentação.

É caso de julgamento antecipado do mérito, nos termos do art. 355, I do CPC, considerando a absoluta desnecessidade de produção de outras provas além daquelas já carreadas para os autos.

Rejeita-se a preliminar de incompetência do juizado especial, uma vez que os documentos acostados aos autos são suficientes para o julgamento da lide, sendo desnecessária a realização de perícia grafotécnica.

Aliás, as assinaturas apostas nos contratos apresentados pela parte ré e aquelas contidas nos documentos que instruiu a inicial são bem semelhantes.

Não prospera a preliminar de inépcia da inicial, considerando que ela contém todos os requisitos elencados no artigo 319 do Código de Processo Civil, inferindo-se, de modo lógico, pela narração dos fatos apresentados, a causa de pedir e o pedido, possível e compatível com a causa, e veio instruída com os documentos pertinentes.

Quanto ao comprovante de endereço, diferentemente do que alega a parte requerida, não se trata de documento indispensável à propositura da demanda, sendo exigido que a parte autora apenas mencione o seu endereço no bojo da peça inaugural, o que foi devidamente cumprido.

Além disso, quando de sua manifestação em réplica à contestação a parte autora trouxe o comprovante do endereço residencial (fl.247), sendo o mesmo declinado na inicial.

Do mesmo modo, não vinga a tese de ocorrência da prescrição, considerando que a causa de pedir está vinculada a supostos descontos indevidos decorrentes de relação de trato sucessivo, de modo que o termo inicial da pretensão é a data do último desconto alegadamente ilícito, na esteira da jurisprudência do E. STJ, confira-se:

CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Getulina

FORO DE GETULINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

RUA DR. CARLOS DE CAMPOS, 660, GETULINA-SP - CEP 16450-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

EM RECURSO ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AÇÃO DECLARATÓRIA DE NULIDADE DE EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CUMULADA COM REPETIÇÃO DE INDÉBITO E INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. PRAZO PRESCRICIONAL QUINQUENAL. ART. 27 DO CDC. TERMO INICIAL. ÚLTIMO DESCONTO. SÚMULA Nº 568 DO STJ. DECISÃO MANTIDA. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO. 1. Aplica-se o NCPC a este julgamento ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC. 2. Consoante o entendimento desta Corte, em se tratando de pretensão de repetição de indébito decorrente de descontos indevidos, por falta de contratação de empréstimo com a instituição financeira, o prazo prescricional é o quinquenal previsto no art. 27 do CDC, cujo termo inicial da contagem é a data em que ocorreu a lesão ou pagamento, ou seja, o último desconto. Incidência da Súmula nº 568 do STJ. 3. (...) 4. Agravo interno não provido. (STJ - AgInt no AgInt no AREsp: 1844878 PE 2021/0066796-0, Relator: Ministro MOURA RIBEIRO, Data de Julgamento: 13/12/2021, T3 - TERCEIRA TURMA, Data de Publicação: DJe 15/12/2021)

Tendo por norte esta orientação, verifica-se que o contrato questionado pela ré ainda encontra-se vigente, com descontos efetuados no mês de março de 2024 e a fatura com vencimento para 10/04/2024 (fls.154/157), não havendo que se falar, portanto, em prescrição da pretensão autoral.

Sobre a alegada decadência, sabe-se que a pretensão da autora não está sujeita ao prazo previsto no art. 178 do Código Civil, muito embora envolva a pretensão declaratória de nulidade do negócio jurídico por erro, já que também existe o pedido condenatório baseado no fato do serviço, o que atrai a incidência do prazo prescricional previsto no art. 27 do CDC. E, conforme já ressaltado, a prescrição somente se iniciaria com o término do pagamento, o que ainda não ocorreu.

Ante o exposto, rejeito as preliminares e prejudiciais de mérito aventadas e, verificando que estão presentes as condições da ação, bem como os pressupostos processuais, passo à análise do mérito da demanda.

Centra-se a controvérsia acerca de eventual vício de consentimento da autora quando da formação do negócio jurídico, tendo em vista que ela argumenta não ter anuído à contratação do cartão de crédito com reserva de margem consignável, nem sequer recebeu e, muito menos, o utilizou, assim como pleiteia o seu cancelamento, a devolução dos valores descontados indevidamente e a reparação dos danos.

Os pedidos são parcialmente procedentes pelas razões que passo a expor.

Ao caso em exame aplicam-se as regras de proteção do consumidor, inclusive as

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de Getulina

FORO DE GETULINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

RUA DR. CARLOS DE CAMPOS, 660, GETULINA-SP - CEP
16450-000**Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min**

pertinentes à responsabilidade objetiva no fornecimento de produtos e serviços (art. 2º, 3º e 18 do CDC), considerando que é nítida a relação consumerista subjacente à controvérsia, tendo a autora adquirido o serviço de empréstimo na qualidade de destinatário final e os requeridos prestado o serviço no exercício de sua atividade comercial (Súmula 297 do STJ).

E, em assim sendo, certo é que o ônus da prova quanto à existência e validade da relação jurídica contratual fica a cargo do réu, porquanto somente ele que mantém em seus arquivos os dados da contratação, situação que se justifica também diante da impossibilidade da prova de fato negativo (não contratação) por parte do consumidor.

Fixadas estas premissas, observo que a autora nega a contratação do cartão de crédito com Reserva de Margem Consignável (RMC).

Pois bem.

Por primeiro, convém esclarecer que referida modalidade de contratação possui respaldo legal, estando disciplinada no art. 6º da Lei 10.820/03, com redação dada pela Lei nº 13.172/2015, que assim preconiza:

"Os titulares de benefícios de aposentadoria e pensão do Regime Geral de Previdência Social poderão autorizar o Instituto Nacional do Seguro Social- INSS a proceder aos descontos referidos no art. 1º e autorizar, de forma irrevogável e irretratável, que a instituição financeira na qual recebam seus benefícios retenha, para fins de amortização, valores referentes ao pagamento mensal de empréstimos, financiamentos, cartões de crédito e operações de arrendamento mercantil por ela concedidos, quando previstos em contrato, nas condições estabelecidas em regulamento, observadas as normas editadas pelo INSS".

Assim, o objeto da contratação é lícito e os documentos anexados à contestação da parte requerida, notadamente a cópia do instrumento contratual de fls. 75/82 e 83/87, demonstram que a parte autora anuiu com os seus termos, pois consta em diversos momentos a informação clara e precisa de que se trata da adesão de um cartão de crédito.

Não bastasse, existem compras/saques por recurso de saldo do cartão, conforme comprovado pelos documentos de fls. 90/157, o que vem corroborar o argumento defensivo de que ela tinha ciência do serviço contratado.

Neste contexto, a tese autoral de que não consentiu na contratação perde credibilidade, porquanto ela utilizou o cartão de crédito e solicitou os empréstimos junto ao banco BMG S/A, recebendo os valores em conta de sua titularidade (fls. 88/89), o que permite concluir a validade da contratação.

Desta forma, diante da validade da contratação e comprovada a relação jurídica existente entre as partes, não havendo prova do pagamento integral do empréstimo realizado pela autora, não há como negar a legitimidade e regularidade dos lançamentos à débito efetuados em seu salário de benefício;

Logo, torna-se forçoso concluir que a instituição requerida agiu no exercício



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Getulina

FORO DE GETULINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

RUA DR. CARLOS DE CAMPOS, 660, GETULINA-SP - CEP 16450-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

regular do direito ao debitar valores do benefício previdenciário pertencente a parte autora, a fim de quitar a contratação formalizada entre as partes, uma vez que obtiveram autorização expressa da demandante para tanto, não havendo motivos para que se questione a legalidade da contratação.

Este inclusive, o entendimento já firmado perante as câmaras de direito privado do C. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, confira-se:

Inexigibilidade de débito c/c repetição de indébito e danos morais – Contrato bancário – Empréstimo consignado – Prova do vínculo – Existência – Ônus do credor – Atendimento – Artigo 373, inciso II, do CPC – Portabilidade demonstrada – Inocorrência de fraude – Autenticidade da assinatura constatada através de perícia grafotécnica – Nulidade da prova – Não reconhecimento – Regularidade da contratação – Dever de indenizar afastado – Sentença mantida – RITJ/SP, artigo 252 – Assento Regimental nº 562/2017, artigo 23. Recurso não provido. (TJSP; Apelação Cível 1001984-91.2019.8.26.0533; Relator (a): Henrique Rodriguero Clavisio; Órgão Julgador: 18ª Câmara de Direito Privado; Foro de Santa Bárbara d'Oeste - 2ª Vara Cível; Data do Julgamento: 26/10/2021; Data de Registro: 26/10/2021).

Portanto, sendo regular a contratação e os valores cobrados, que são dela decorrentes, não se pode cogitar no acolhimento dos pedidos de inexistência de contratação, restituição do indébito, tampouco de indenização por danos morais, uma vez que não restou comprovada a prática de qualquer ilícito pelo requerido a ensejar reparação de cunho extrapatrimonial.

Não obstante a regularidade da contratação, no que toca ao cartão de crédito com reserva de margem consignável (RMC), o art. 17-A, *caput*, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, confere ao beneficiário o direito de solicitar o cancelamento do cartão a qualquer tempo, independentemente do adimplemento contratual, caso em que a instituição financeira fica obrigada a conceder ao devedor a opção de liquidar eventuais débitos de uma só vez ou por meio de descontos consignados na RMC de seu benefício previdenciário (art. 17-A, § 1º).

Ou seja, a simples manifestação de vontade do usuário basta para cancelar o contrato de cartão de crédito.

Assim, não possuindo mais a parte autora interesse em manter o vínculo com o réu, é o caso de determinação para cancelamento do cartão de crédito consignado (contrato n.º 15217758, devendo o requerido conceder-lhe, no prazo de 15 dias, a opção pelo pagamento de eventual saldo devedor por liquidação imediata do valor total ou por descontos consignados na RMC do seu benefício, conforme disposto no art. 17-A, § 1º, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008).

Ante o exposto, **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES** os pedidos, extinguindo o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I do CPC, para:

- a) Determinar que a parte requerida cancele o cartão de titularidade da autora


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de Getulina

FORO DE GETULINA

JUIZADO ESPECIAL CÍVEL E CRIMINAL

RUA DR. CARLOS DE CAMPOS, 660, GETULINA-SP - CEP 16450-000

Horário de Atendimento ao Público: das 13h00min às 17h00min

(contrato nº 15217758), devendo conceder-lhe, no prazo de 15 dias, a opção pelo pagamento de eventual saldo devedor por liquidação imediata do valor total ou por descontos consignados na RMC do seu benefício, conforme disposto no art. 17-A, § 1º, da Instrução Normativa INSS/PRES nº 28/2008, e

b) Determinar que o requerido exclua a reserva de margem consignável do benefício previdenciário da autora (nº 175.021.527-3), a partir do momento em que não haja mais saldo a pagar.

Sem condenação em custas e honorários advocatícios neste grau de jurisdição, por força do art. 55 da Lei 9.099/95.

O prazo para interpor RECURSO é de 10 (dez) dias, contados da intimação da sentença, o qual deverá ser apresentado por advogado. A parte não beneficiária da Justiça gratuita deverá, nas 48 horas seguintes à interposição, sob pena de deserção e independentemente de intimação, efetuar o preparo e comprová-lo nos autos, que compreenderá todas as despesas processuais, inclusive aquelas dispensadas em primeiro grau de jurisdição (artigos 41, §2º, e 42, caput e §1º, da Lei 9.099/95).

No sistema dos Juizados Especiais, em caso de interposição do Recurso Inominado, deverá ser elaborada certidão antes da remessa dos autos ao Colégio Recursal. A teor do Comunicado Conjunto nº 951/2023, a partir de 03/01/2024, ressalvada a hipótese de concessão de gratuidade da justiça, o preparo corresponderá: **1.** Taxa judiciária de ingresso de: a.) 1,5% (um e meio por cento), sobre o valor atualizado da causa, por meio de DARE, observado o valor mínimo de 5 UFESPs; quando não se tratar de execução de título extrajudicial b.) 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado da causa, por meio de DARE, observado o valor mínimo de 5 UFESP, quando se tratar de execução de título extrajudicial; **2.** Taxa judiciária de preparo, no importe de 4% (quatro por cento) sobre o valor fixado na sentença, se líquido, ou sobre o valor fixado equitativamente pelo magistrado, se ilíquido, ou ainda 4% (quatro por cento) sobre o valor atualizado atribuído à causa na ausência de pedido condenatório, por meio de DARE, observado o valor mínimo de 5 UFESPs; **3.** Despesas processuais, tais como aquelas atinentes ao envio de citações e intimações pela via postal, utilização de sistemas conveniados, publicação de editais etc. (recolhidas na Guia FEDTJ) e diligências do oficial de justiça (recolhidas em GRD).

O preparo será recolhido de acordo com os critérios acima estabelecidos independentemente de cálculo elaborado pela serventia que apenas será responsável pela conferência dos valores e elaboração da certidão para juntada aos autos.

Ao trânsito, observadas as formalidades legais, arquivem-se.

P.I.C.

Getulina, 20 de agosto de 2024.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**